

HABEAS CORPUS Nº 466.092 - RJ (2018/0218028-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DIEGO VINICIUS DE SOUZA
ADVOGADO : DIEGO VINICIUS DE SOUZA - SC048565
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : JERFFSON BERKENBROCK SILVEIRA
PACIENTE : ANDERSON RODRIGUES SILVA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JERFFSON BERKENBROCK SILVEIRA e ANDERSON RODRIGUES SILVA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (HC n. 0034222-62.2018.8.19.0000, de relatoria da Desembargadora Maria Angélica G. Guerra Guedes).

Depreende-se dos autos que os pacientes encontram-se presos preventivamente pela prática, em tese, do delito previsto no art. 2º, *caput*, da Lei n. 12.850/2013, em cúmulo material com o delito do art. 171, *caput*, do Código Penal (e-STJ fl. 142).

Segundo a acusação, os pacientes participam de organização criminosa responsável por furtos a caixas eletrônicos (e-STJ fl. 136).

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 14/15):

HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSO PENAL. CONSTITUCIONAL. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE COM OUTROS TRÊS CORRÉUS, E ULTERIORMENTE DENUNCIADOS PELA PRÁTICA, EM TESE, DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 2º, CAPUT, DA LEI 12.850/13, EM CÚMULO MATERIAL COM AQUELE DESCRITO NO ART 171 (DUAS VEZES), DO CÓDIGO PENAL. CUSTÓDIA FLAGRANCIAL CONVERTIDA EM PREVENTIVA POR OCASIÃO DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. PLEITOS LIBERTÁRIOS FORMULADOS PERANTE O JUÍZO DE PISO QUE RESTARAM INDEFERIDOS. IRRESIGNAÇÃO DOS IMPETRANTES QUE PERSEGUEM A EXTENSÃO DOS EFEITOS DA ORDEM CONCEDIDA NO HABEAS CORPUS Nº 0029656-70.2018.8.19.0000, NO QUAL ESTE COLEGIADO REVOGOU A CUSTÓDIA DO CORRÉU, IMPONDO-LHE, EM SEU LUGAR, AS CAUTELARES DE COMPARECIMENTO MENSAL AO JUÍZO E DE PROIBIÇÃO DE AUSENTAR-SE DA COMARCA.

É de curial sabença que eventuais condições pessoais ostentadas pelos agentes não são óbice para a decretação de suas custódias cautelares quando presentes os requisitos que a autorizem, como na hipótese em cotejo.

No caso sub examine, aos ora pacientes imputam-se as práticas (em tese) de vários delitos perpetrados em municípios distintos de nosso Estado.

Outrossim, consoante documentos adunados pelos próprios impetrantes, eles, assim como a maioria de seus corréus, residem em outros Estados da Federação – sendo certo que especificamente os ora pacientes nos Estados de Santa Catarina e São Paulo, respectivamente.

Ademais, consoante consta dos autos, das 07(sete) testemunhas arroladas na denúncia, 03(três) são civis, o que demanda ainda maior cautela do julgador, porquanto a soltura dos acusados neste momento tão incipiente da instrução pode vir a prejudicar seus depoimentos, e, por conseguinte, a própria colheita da prova a ser judicializada.

Nesta linha de intelecção, vislumbra-se presentificados ao menos dois requisitos autorizadores da adoção desta excepcional medida constritiva de liberdade que ora vergastam, posto que, por ora, as custódias fazem-se necessárias não apenas para garantia da ordem pública, tão aviltada com o cometimento de delitos desta espécie, mas também, e destacadamente, para conveniência da instrução, sendo certo que a audiência de instrução e julgamento já encontra-se designada para data próxima, oportunidade em que o nobre magistrado de piso, após a colheita da prova, poderá melhor dizer acerca da necessidade ou não da manutenção dos ergástulos e, a qualquer momento, até mesmo independente de pedido nesta seara, acaso não mais vislumbre a necessidade da manutenção das prisões, poderá (ou melhor dizendo, deverá) revoga-las pura e simplesmente, ou substituí-las por medidas cautelares que julgar apropriadas.

CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VISLUMBRADO.

ORDEM QUE SE DENEGA.

Alega a defesa que corréu em idêntica situação processual foi agraciado com a liberdade provisória pelo mesmo colegiado que prolatou o acórdão hostilizado, benefício que deve ser estendido aos ora pacientes com fulcro no art. 580 do Código de Processo Penal (e-STJ fl. 6).

Acrescenta ser desnecessária a custódia cautelar, já que se revelariam adequadas e suficientes medidas diversas da prisão (e-STJ fl. 10).

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor dos pacientes (e-STJ fl. 12).

O pleito urgente foi indeferido (e-STJ fls. 186/188).

Informações prestadas às e-STJ fls. 192/208 e 213/232.

Parecer ministerial pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ fls. 234/240).

É, em síntese, o relatório.

Informações obtidas no sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Rio

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

de Janeiro, e confirmadas mediante contato telefônico com a 39ª Vara Criminal da Comarca da Capital/RJ, noticiam que, em 26/11/2018, foi certificado, em cumprimento a despacho do Magistrado singular, que "*os acusados ANDERSON RODRIGUES SILVA e JERFFSON BERKENBROCK SILVEIRA, não se encontram acautelados, conforme consulta realizada no sistema SIPEN de fls. 796/798*" (www.tjrj.jus.br, Processo n. 0078359-29.2018.8.19.0001).

Assim, patente que o presente *writ* está prejudicado, haja vista a perda superveniente de objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator